

ATA Nº 36/2019 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove (26/11/2019) reuniram-se em Sessão Ordinária no Plenário da Câmara Municipal de Lupionópolis, os seguintes Vereadores: **Luciano Camargos Pego, Sergio Panizio, Claudinei Bregondi, Pedro Camargo, Bruno Neves da Silva, Antônio Lino da Silva, Sandro Gusmão Moretto e Juliano Ricardo Tibério** sob a Presidência deste último. Momento contínuo, pediu a todos que ficassem de pé para ouvirem um trecho bíblico a ser lido pelo Vereador **Claudinei Bregondi**. Isto feito, declarou aberto o PERÍODO DE EXPEDIENTE e colocou a Ata da Sessão anterior em discussão. Não havendo discussão, emenda ou impugnação, a mesma foi aprovada por unanimidade. A seguir, foram lidas as matérias e correspondências recebidas: **Ofício nº 046/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lupionópolis**, informando esta Casa, que no domingo, dia 01 de dezembro de 2019, será realizado o pleito eleitoral para a escolha de Conselheiros Tutelares e suplentes deste município; **Convite da Escola Santa Rosa de Lima**, para a Formatura do Infantil V Matutino e vespertino da referida escola. Será no dia 06/12/2019, às 19h, na escola; **Convite da Prefeitura Municipal de Santa Fé**, para a grandiosa Festa Gastronômica, a ser realizada em frente ao Paço Municipal, entre os dias 06 a 08 de dezembro de 2019, a partir das 20h. Passando ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA contando com a presença de oito Vereadores e da Zeladora da Casa, a Sessão teve prosseguimento com a matéria a ser discutida e votada como se segue: **Projeto de Lei nº 15/2019**, que dispõe sobre a adequação dos vencimentos do quadro do magistério Público Municipal ao piso salarial profissional para os profissionais do magistério Público de Educação Básica e dos Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lupionópolis. Sem discussão, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade em segunda e última deliberação. Passando ao PERÍODO DAS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES, o **Senhor Presidente** concedeu a palavra ao Vereador **Pedro Camargo** que inicialmente trouxe a pauta da reunião, à manutenção das caixas coletoras de água pluviais, que liga a curva da jangada até o distrito do Mairá, e que segundo a meteorologia um período chuvoso estava previsto, o que causa preocupação devido ao excesso de chuva que degrada a rodovia do Mairá. Em seguida, Pedro perguntou sobre a empresa responsável pela iluminação pública, se ela executou os serviços e se o município tomou alguma decisão acerca do assunto. Por último, o vereador questionou se a administração pública tomou alguma atitude em relação a antiga formação do conselho, que ele considera uma função que deixou de ser cumprida, em especial da presidência e com isso manchou o nome do município, criando um verdadeiro transtorno e um prejuízo financeiro enorme, acreditando que não deve passar ileso, principalmente esta Casa, porque são questionados pelos munícipes. Pedro comentou que haverá uma nova eleição e que torce para que ocorra tudo e que o novo conselho desenvolva um bom trabalho em prol das crianças, porque o antigo não opera há muito tempo. Pedro aproveitou o tema para perguntar se a solicitação de entrega da lei e do decreto de horário de funcionamento para a tabacaria, localizada na Avenida Barra Dourada. O Vereador **Juliano Tibério** disse que sobre a situação do Mairá, ele informou o secretário Elias, e durante a semana irá conversar com ele para saber se a visita está agendada. No que diz respeito a iluminação, o vereador disse que viu na semana passada, o veículo da Stel e disse que o secretário Elias também está preocupado com a situação, e tem ligado constantemente a empresa. Juliano acredita que seria melhor uma conversa antes de iniciar um processo administrativo mas destacou que os vereadores observarem o município está cobrando e a empresa não cumpre o que está pré estabelecido no contrato para que seja feito um pedido formal ao prefeito para que seja realizado uma notificação a empresa de modo a cumprir o contrato ou passar para a segunda empresa. Com relação ao conselho, Juliano frisou a dificuldade de se formar um conselho, e que alguns argumentos tecidos pelo Promotor de Justiça a respeito da anulação, ele não concorda como o domicílio do servidor e os demais motivos, ele acredita que o município deve investigar para ver o que aconteceu, comentou sobre o namoro do secretário Aron com a candidata Bruna, que ele desconhece, segundo a legislação, que seja nepotismo. Em aparte, o vereador **Luciano Camargos Pego** disse com a relação ao Poder Executivo tomar atitudes administrativas com algum conselheiro que seja funcionário, não há poder para isso porque são todos voluntários, e o funcionário está

representando uma classe, mas é voluntário e acredita que o Dr Renato forçou um pouco a barra e não cabe punição administrativa. **Juliano** disse que acredita que não haja má fé, no sentido de prejudicar ou beneficiar alguém e que prefere acreditar que foi um erro. A respeito do envio do decreto, Juliano informou que está em vias de sair o decreto para o fechamento da avenida devido as festividades do fim do ano e será anexado e enviado a todos os comércios. Com relação a tabacaria, Juliano perguntou se o vereador Claudinei entrou em contato com o proprietário do estabelecimento para saber se alguma decisão será tomada. O vereador **Claudinei** informou que em conversa com o proprietário soube que nenhuma reclamação chegou até ele e se chegasse iria averiguar, que consta no contrato que se houvesse reclamações seria cancelado. **Pedro** relatou a presença de um menor no estabelecimento, em que as características do ambiente não permitem. **Juliano** disse que menores de idade frequentam lanchonetes também, que é algo complicado. Por fim, Juliano disse aos vereadores se eles puderem verificar a situação da menor Ariane, que está residindo onde era a creche, relatou diversas situações como idas a londrina para realização de exames, gerando problemas na escola, hospital e que a situação está a cargo do município mas que deveria ser também uma responsabilidade do Estado e do Governo Federal, devido as condições da administração. Nada mais havendo a tratar, **Senhor Presidente** em nome de Deus encerrou a sessão. Eu

1º Secretário lavrei a presente Ata.

Secretário

Presidente